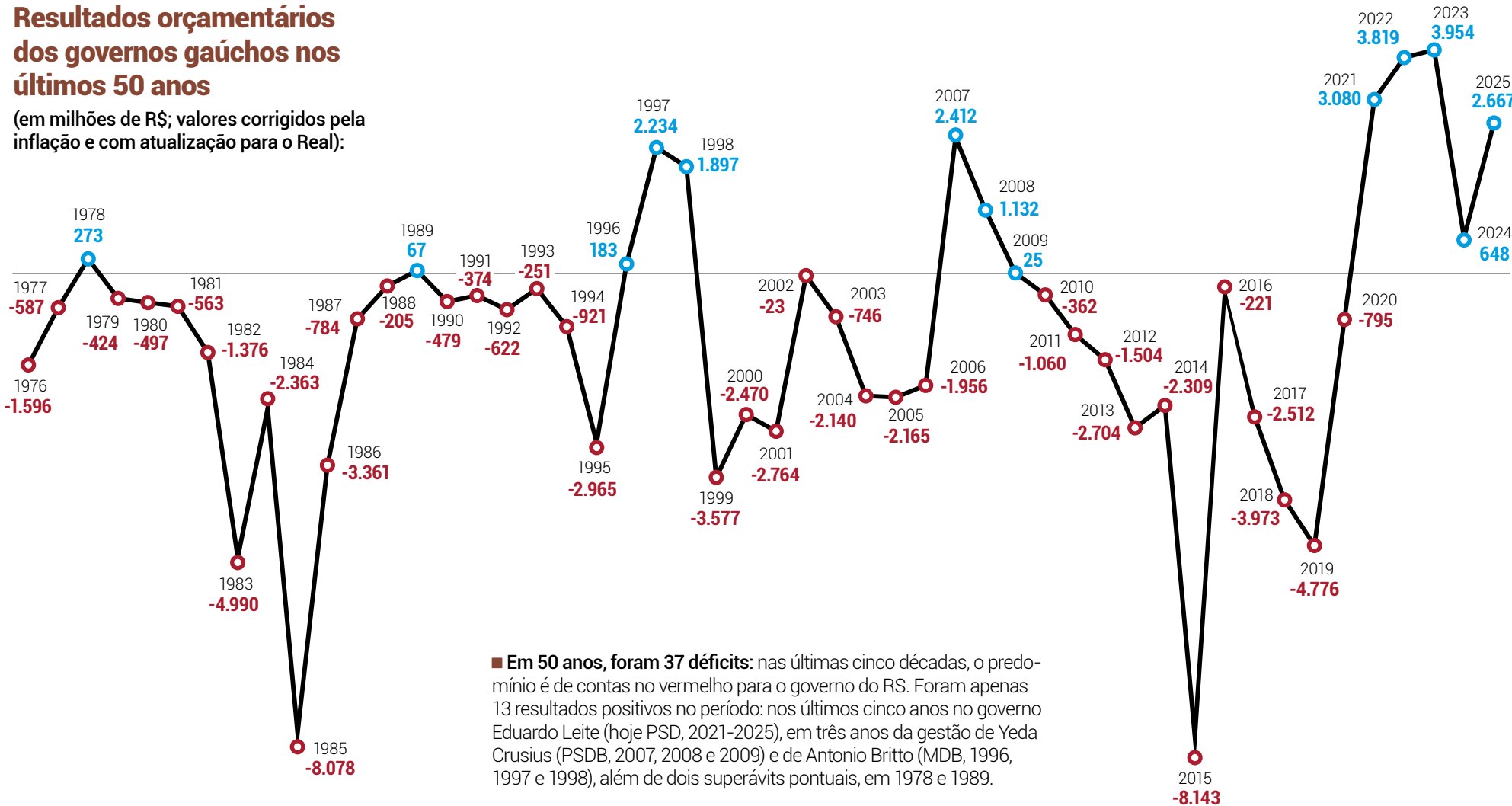


política

Resultados orçamentários dos governos gaúchos nos últimos 50 anos

(em milhões de R\$; valores corrigidos pela inflação e com atualização para o Real):



Recursos extraordinários garantem superávits do RS

Privatizações e operações de crédito sustentaram resultados recentes



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Nos últimos 50 anos, os governos gaúchos fecharam as contas no azul em apenas 13 oportunidades, com os anos superavitários representando cerca de 26% do total de exercícios no período. Dos 13 saldos positivos registrados ao longo dessas cinco décadas, cinco foram consecutivos e ocorreram nos últimos anos (2021 a 2025).

Entretanto, o próprio governo reconhece que o equilíbrio das contas públicas ainda não é estrutural, pois estes resultados só foram possíveis em razão de recursos extraordinários que o Estado recebeu. O plano é atingir um equilíbrio mais consolidado na próxima década, a partir de 2031.

O resultado orçamentário anual considera todas as despe-

sas e receitas do governo, e até mesmo aquelas que são extraordinárias, ou seja, que não vão se repetir em exercícios posteriores. São exemplos de receitas extraordinárias aquelas oriundas de privatizações e operações de crédito.

Já o resultado primário exclui as receitas e despesas de natureza financeira, como rendimentos e encargos com juros de dívidas.

De 2021 a 2025, o governo gaúcho registrou cinco superávits orçamentários e quatro primários – houve déficit primário de R\$ 2 bilhões em 2025.

E desconsiderando receitas e despesas extraordinárias, o governo do Rio Grande do Sul só fechou no azul em 2021. De 2022 a 2025, esses fatores fora da curva foram decisivos nos resultados das contas.

O ano emblemático para mostrar o efeito de receitas extraordinárias é 2023. Naquele exercício, o resultado orçamentário fechou em superávit de R\$ 3,6 bilhões. Quando desconsiderados recursos extraordinários, o resultado seria de um déficit de R\$

7,2 bilhões. Naquele ano, apenas a privatização da Corsan rendeu R\$ 3,96 bilhões aos cofres do RS.

Ao apresentar proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027 com déficits orçamentário projetado em R\$ 4 bilhões e déficit primário previsto de R\$ 4,8 bilhões, o governador Eduardo Leite (PSD) afirmou que o Rio Grande do Sul convive com um “equilíbrio fiscal frágil”, justamente em razão do impacto dos recursos extraordinários nos últimos superávits.

Para os próximos anos, a previsão é que o Estado volte a ter déficits por duas razões principais: a redução das receitas extraordinárias e o aumento da despesa em razão do fim da suspensão dos pagamentos da dívida do Estado com a União, prevista para encerrar na metade de 2027.

Os pagamentos foram suspensos por três anos após medida federal adotada em razão das cheias históricas de 2024 no Rio Grande do Sul, e os recursos que deveriam ir ao ente federal estão sendo repassados para o fundo

Glossário

- **Resultado orçamentário:** Diferença entre as receitas e despesas orçamentárias que pode resultar em superávit ou déficit. É apresentado de forma integral e com a eliminação dos reflexos das transações intraorçamentárias (realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social).
- **Resultado orçamentário ajustado:** Resultado orçamentário que desconsidera os efeitos de receitas e despesas extraordinários, como as receitas de operação de crédito e os valores de serviço da dívida não executados e redirecionados a ações de enfrentamento de calamidades climáticas
- **Resultado primário:** Diferença entre as receitas e despesas primárias que pode resultar em superávit ou déficit. São consideradas primárias as receitas e despesas que impactam no endividamento líquido do Estado. O resultado primário exclui do resultado orçamentário as receitas e despesas financeiras, bem como aquelas, mesmo que primárias, executadas com recursos próprios do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), e permite avaliar a economia de recursos disponível para amortização de dívida.

da reconstrução, o Funrigs.

A Secretaria Estadual da Fazenda estima alcançar o equilíbrio das contas em 2031, e esta perspectiva foi firmada no plano apresentado pelo governo gaúcho para ingressar, em 2021, no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), de retomada dos pagamentos dos serviços da dívida com a União – estavam suspensos de 2016 a 2023, e depois voltaram a ser suspensos após as cheias de 2024.

A contrapartida para ingresso no RRF era apresentar um plane-

jamento de 10 anos para chegar à estabilidade financeira. Os compromissos envolveram a redução de incentivos fiscais, redução de teto de gastos e venda de ativos.

A estimativa firmada pela atual gestão do governo estadual considera a continuidade das ações nas contas públicas e acordo com o governo federal. A gestão de Eduardo Leite será concluída em 6 de janeiro de 2027 e caberá a quem sucedê-lo no Palácio Piratini, a partir do próximo ano, conduzir a gestão do Estado.